

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CRESS 9ª REGIÃO/SP, REALIZADA NO DIA 09 DE JUNHO DE 2018, NO AUDITÓRIO DO HOTEL EXCELSIOR, SITUADO NA AVENIDA IPIRANGA, 770– REPÚBLICA - SÃO PAULO/SP. Aos nove dias do mês de junho de dois mil e dezoito, reuniram-se 168 participantes, sendo desses, 145 assistentes sociais aptos/as a votar e se candidatarem a delegados para o Encontro Nacional e Descentralizado do Conjunto CFESS/CRESS, em Assembleia Geral Ordinária convocada pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 9ª Região/SP, tendo como pauta: I) Leitura e aprovação do Regimento da I Assembleia Ordinária 2018 do CRESS 9ª Região/SP; II) Inclusão de Novas pautas; III) Análise de Conjuntura; IV) Apresentação de contas do exercício de 2017; V) Monitoramento do cumprimento das deliberações do 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS dos eixos: Administrativo Financeiro, Comunicação, Formação Profissional, Orientação e Fiscalização Profissional, Ética e Direitos Humanos, Relações Internacionais, Seguridade Social. VI) Eleição das/os Delegadas/os para os Encontros Descentralizado Sudeste (em Vitória – ES) e Nacional do Conjunto CFESS/CRESS de 2018 (em Porto Alegre – RS); VII) Outras pautas que forem incluídas ao início da Assembleia; VIII) Leitura e aprovação de moções; IX- Informes; X) Encerramento. Às 13h00, a Presidenta do CRESS 9ª Região/SP, Kelly Rodrigues Melatti realizou a primeira chamada, efetuando a leitura do Edital de Convocação e pauta acima. Às 13h30, em segunda chamada, a Conselheira Presidente Kelly Rodrigues Melatti refaz a leitura do edital e dá início à Assembleia e chama as conselheiras estaduais. **I) Leitura e aprovação do Regimento da Assembleia:** As conselheiras Keila Rafaela de Queiroz Silva e Talita Aparecida de Oliveira Catosso fazem a Leitura do Regimento interno da I Assembleia Geral Ordinária de 2018 do CRESS 9ª Região/SP e não havendo nenhum destaque foi colocado para votação e aprovado por unanimidade. **II) Inclusão de novas pautas:** Quanto à Inclusão de novas pautas, foram incluídos 2 pontos: 1º carteiras profissionais e 2º assédio moral no trabalho que foram aprovadas pela plenária e debatidas ao final da Assembleia. **III) Análise de conjuntura:** Os/as conselheiros/as Kelly e Everaldo Becker são convidados/as para dialogarem sobre a Análise de conjuntura. Kelly agradece a presença de todos/as, das seccionais representadas, saúda as representantes da direção da Associação dos/as Assistentes Sociais e Psicólogos/as do Tribunal de Justiça de São Paulo presentes, e convida todos/as a dialogar sobre o cenário do Brasil e do mundo. O tema aprovado no 46º Encontro foi “Nossa Escolha é a Resistência” colocado como bandeira, principalmente nas comemorações do dia do/a Assistente Social em todas as seccionais. Faz uma abordagem sobre o cenário internacional e brasileiro do capitalismo, aspectos de sua crise e os rebatimentos disso na organização política da classe trabalhadora e para o trabalho profissional do/a assistente social. Everaldo abre o debate com 3 minutos para cada manifestação da plenária tendo, ao todo, 8 intervenções. O assistente social Aldemir M. de Freitas afirma que o Sindicato expõe sobre a necessidade dos/as assistentes sociais não terem um piso salarial, “o que adianta garantirmos direitos de outros se não asseguramos a nossa”. O Sr. José Castro, assistente social, também se colocou para a necessidade de aprofundar a luta; fala sobre o cenário da terceirização do/a profissional desmascarada mediante contratos escusos e jogadas políticas no município de São Paulo, precarizando nossa profissão. “Estamos aqui para defender nossa categoria e é a favor da categoria bater no piso salarial para as ONGS não nos explorarem”. O conselheiro Júlio César de Andrade pede a palavra para divergir fraternalmente sobre a colocação dos companheiros: “a

precarização do trabalho não se dá só com os Assistentes Sociais, mas com todos. Luta geral dos trabalhadores, precisamos combater e continuar a nos posicionar a favor da luta com resistência”. Em seguida, a assistente social Maricler Real, presidenta da AASPTJ-SP, menciona quanto à questão da sindicalização por ramo de atividade, afirma que é a favor, tanto que participou do fechamento do sindicato de assistentes sociais em São Paulo na década de 80 quando passou a compor a organização Associação dos Assistentes Sociais do TJ-SP. Informou, ainda, que no TJSP existem mais de 20 associações e o sindicato só aparece quando é convocado. Nesse sentido, informa que não é contra o sindicato por ramo mas “O trabalhador que não tem um local de trabalho nunca vai conseguir se organizar”. Informa que o sindicato de assistentes sociais de São Paulo foi rearticulado e está sendo registrado e vale a pena participar e fortalecê-lo, por esta razão, precisa de organização e acrescenta que “toda forma de organização vale a pena”. Luciano Alves, assistente social da direção estadual do CRESS/SP, utiliza a fala enfatizando que o Sindicato já foi reativado e mantém a posição contrária ao sindicato por categoria, considerando o posicionamento histórico acerca da sindicalização por ramo. Respondendo a uma fala que o antecedeu, afirma que existe uma esquerda e dentro desta perspectiva o Serviço Social é a única profissão que enfatiza sua direção de esquerda. Solicita à mesa para explanar sobre a posição da categoria acerca da greve geral, não só para derrubar o Presidente Temer, mas para avançar na luta da classe trabalhadora. Em seguida, Kátia Maria Deola, fazendo uso da palavra, agradece a Kelly sobre a análise de conjuntura para nos fortalecer nos nossos espaços de trabalho que estamos sendo bombardeados por toda a ofensiva burguesa. “Temos sim uma esquerda que pode estar sobre uma necessidade de se repensar mas que não está perdida ou esvaziada. Nossa organização de classe está para além. Para conversar sobre sindicato por ramo ou por categoria a gente precisa aprofundar as discussões que passaram pelos anos de 1980. Precisamos nos organizar, precisamos nos fortalecer, toda a classe trabalhadora. Ter clareza dos ataques que a burguesia nos coloca e ter clara nossa perspectiva de classe enquanto coletivo.” O Assistente Social Alexandre Serdeira coloca a frase que antes de sermos assistentes sociais somos estudantes para o resto da vida. Afirma que a questão do sindicato deve ser por classe trabalhadora e não segmentado. Retoma que a questão já foi discutida na outra Assembleia e ficamos perdendo tempo com discussões das mesmas coisas, sem avançar naquilo que realmente é necessário. Andresa Lopes dos Santos, trabalhadora do INSS, coloca que até a própria esquerda para tomar a direção de uma greve deve seguir com pautas e programas sem retroceder ou fragmentar a luta. Concorda que toda organização é importante, porém estratégias de unidade precisam ser pensadas. “Por exemplo, no INSS temos pautas específicas, montamos uma comissão dentro do sindicato estadual”. A direita tem projeto e esse projeto quer nos destruir, o projeto da direita está se impondo, e nós? Os trabalhadores têm que tomar estes sindicatos.” José Adriano Marinho, assistente social, fala que se organizar é um direito de todo trabalhador, se reivindicar, é de esquerda claramente e afirma que a esquerda está passando por um revés e estamos perdendo tempo, “se vamos nos organizar por ramo ou por categoria”. Afirma que é sindicalizado no sindicato em Santo André, e que o debate tem que ser democrático e “quando a coisa pega junto ao patrão não tem nenhum sindicato para defender o trabalhador na luta geral dos trabalhadores, podemos contribuir e qualquer um tem o direito de se filiar a qualquer organização.” Everaldo solicita à plenária a possibilidade de abrir mais um bloco de inscrições, porém, essa solicitação não é

aprovada, conforme votação. Imediatamente, passa a palavra para as considerações da diretora Kelly, que conclui, então, a análise de conjuntura, refletindo sobre a necessidade de organização. “Estamos sofrendo vários ataques e é nítida a necessidade de nos organizarmos. É justo e legítimo que cada um se organize da forma como queira, mas também são direitos os posicionamentos contrários. Se no sindicato por ramo não damos conta das pautas dos/as trabalhadores/as, será que a gente precisa questionar como que nós Assistentes Sociais estamos posicionados dentro desses sindicatos por ramo? A questão é: Como temos tensionado os sindicatos pelegos para que as pautas dos/as trabalhadores/as estejam presentes? Nossa resistência é real e histórica. É tempo de agir, colocar a resistência em prática. Precisamos compreender quem são nossos inimigos e quem são nossos aliados” Kelly acrescenta sobre a construção da greve geral, que deve perpassar por um processo permanente de organização. “É preciso que façamos a leitura de que há sim sindicatos que só defendem e reproduzem os interesses capitalistas e que viram as costas para as pautas dos/as trabalhadores/as mas, nesse caso, precisamos ter uma postura combativa, tensionar as direções sindicais para a pauta da greve geral, organizar oposições sindicais, disputar consciência política dos nossos pares e investir em formação política para os enfrentamentos necessários”

IV. Apresentação de contas do exercício 2017. O conselheiro Ubiratan de Souza Dias Junior iniciou explicando sobre o CRESS que é uma autarquia federal, e apresenta planilha com o número de inscritos de assistentes sociais, relatório de pagantes e inadimplentes. No exercício de 2017, houve um total de ativo pagantes de 27.099 e inadimplentes 26%. O assessor contábil Odair Dutra apresentou as receitas correntes do CRESS/SP: receita orçada R\$ 9.282.428,88 e a receita arrecadada R\$ 9.332.480,58. Foram apresentadas as despesas referentes a pessoal, material de consumo, serviços terceiros pessoa física, pessoa jurídica, transferência correntes, despesas de capital. O patrimônio líquido apresentou um Superávit acumulado no valor de R\$ 10.127.584,46. O CRESS entregou o relatório de gestão ao Tribunal de Contas da União conforme o recibo apresentado.

V. Monitoramento do cumprimento das deliberações do 46º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS dos eixos. O conselheiro Ubiratan explana sobre a metodologia do Encontro sendo esta etapa o Monitoramento das deliberações, como foi feito o compilado do monitoramento do CRESS/SP e que também fora preenchido pelas Seccionais de modo que a apresentação se organizou por eixo temático.

Eixo Administrativo financeiro. A conselheira Kelly e diretora Viviane Souza Duque Garcia da Seccional de São José dos Campos apresentam o eixo que é direcionado principalmente à pesquisa do perfil profissional, substituição de carteiras de identidade profissional e DIP que está em fase de adequação por parte do CFESS, com participação dos CRESS mas, no momento, ainda encontram-se suspensas. A diretora Viviane também fala sobre a inadimplência no Conjunto CFESS/CRESS, enfrentar a inadimplência para melhor planejamento das ações do CRESS. Em 2017, no Encontro Nacional foi formado um GT Nacional de Inscrição e o CRESS/SP representa a região Sudeste. A conselheira Kelly apresentou algumas deliberações do Eixo: ações realizadas e aquelas não priorizadas para 2018.

Eixo Comunicação: O conselheiro Fábio Rodrigues e o diretor da Seccional ABCDMRR Ricardo Vieira de Oliveira Santos apresentam o monitoramento deste Eixo. Fábio informa sobre as ações de divulgação do dia do/a assistente social e, também, as ferramentas de vídeo que estão recebendo maiores investimentos e, também, nas Redes Sociais do CRESS/SP "Facebook, Instagram, Youtube, Flickr". Fala também

que o Facebook do CRESS possui 10.000 curtidas e convida as pessoas que tenham Facebook para que convidem outras/os para curtir a página do CRESS SP aumentando assim a divulgação da página, e atingir o maior número de assistentes sociais. Informou também sobre a ampliação da rede social e portal do site, jornal Ação, revista Emancipa, Campanha 25 anos do Código de Ética na rede social Instagram. Ricardo apresenta a arte dos princípios do Código de Ética e da revista Emancipa, e algumas deliberações e aquelas que não foram priorizadas para 2018. **Eixo Formação Profissional:** A conselheira Nicole Barbosa de Araújo e a diretora Cleide Maria Monari Semenzato da Seccional de São José do Rio Preto apresentam o Eixo. Cleide que fala sobre a qualidade da formação profissional, apresenta as ações realizadas junto à ABEPSS e ENESSO, enfrentamento à precarização do ensino. Nicole apresenta algumas deliberações e aquelas que não foram prioridade para 2018. **Eixo Orientação e Fiscalização Profissional:** A conselheira Patrícia Ferreira da Silva e a diretora Sandra Regina dos Santos da Seccional Campinas apresentam o eixo. Patrícia fala que as ações foram articuladas em toda extensão da jurisdição do CRESS/SP, sendo a atuação da COFI planejada e articulada com as 12 SubCOFIs. Explica sobre as deliberações que não foram priorizadas para 2018 e explana as ações realizadas. **Ética e Direitos Humanos:** O conselheiro Luciano e a diretora Paula Salesse Monsani da Seccional Araçatuba apresentam o Eixo. Paula inicia explicando que as pautas são discutidas no elo entre os direitos humanos e a ética profissional. Nesse triênio, as prioridades foram o enfrentamento da Lei 13431/2017 que impõe retrocessos aos direitos de crianças e adolescentes, ações de combate à LGBTfobia, tanto no âmbito da sociedade quanto da categoria; ações que procuram desmistificar o preconceito quanto ao uso de substâncias psicoativas, questões de gênero, violência contra a mulher; defesa do estado laico e combate e denúncia de forma intransigente ao racismo, tema da campanha de gestão. Há ainda deliberações que versam sobre a realização do Seminário Nacional da Capacitação das Comissões Permanente de Ética, e maior interação entre a Comissão Permanente de Ética e Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional, conforme previsto na Política Nacional de Fiscalização que o CRESS/SP operacionaliza desde 2014 por meio da Comissão Ampliada de Ética e Direitos Humanos - CAEDH. O conselheiro Julio explana a deliberação 6 referente ao combate às expressões do racismo institucional e religioso, considerando as violências e violações de direitos que acometem a juventude negra, mulheres negras, populações quilombolas, indígenas, ciganas e comunidades periféricas que perpassam os espaços sócio-ocupacionais, e relata as ações e articulações que estão sendo realizadas pelo CRESS. **Eixo Relações internacionais:** O conselheiro Júlio explana sobre o eixo que trata do exercício profissional em relação aos migrantes e apresenta as deliberações que não foram priorizadas em 2018. Luciano ressalta que dentro da discussão sobre os povos devemos tomar consciência sobre o processo e combater o estado de Israel nacionalismo e que não vejamos como árabe brigando com judeus no fim do mundo. **Eixo Segurança Social:** A conselheira Ana Léa Martins Lobo e a diretora da Seccional Sorocaba Hayane Carneiro Dias Melo apresentam o monitoramento do Eixo. Ana Lea informa sobre o resumo principalmente em relação à priorização de eventos municipais, estaduais e nacional como, por exemplo, o Seminário Estadual: O Trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social, frisa que o primeiro dia de inscrição já se encerrou em virtude do esgotamento refletindo o interesse do tema pelos profissionais. Destaca a participação efetiva do CRESS dentro do FET/SUAS e no controle social. **Bandeiras de Luta:** A conselheira

Nívea Soares Izumi explana que as bandeiras de luta foram aprovadas em 2015 no 44º Encontro Nacional e constituem o posicionamento político da categoria. O documento foi um grande ganho para a categoria pois antes ficava tudo no Relatório final do Encontro. Foi formado um GT para organizar o documento que foi separado em 3 Eixos: Em defesa da Profissão, Em defesa da Seguridade Social e Em Defesa da Ética e Direitos Humanos. Passa a palavra, então, para o conselheiro Matsuel Martins da Silva que faz parte do GT de atualização das Bandeiras de Luta e explana que as bandeiras devem ser cada vez mais enxugadas sendo fundamental que todos os CRESS e Seccionais contribuam. Informa que participou de 2 reuniões em Brasília, fez revisão das bandeiras, consulta nacional a todos os CRESS e foram sistematizadas todas as contribuições. Foram 36 horas de trabalho desse GT, discutindo cada bandeira, sendo que algumas permaneceram como estão, outras sofreram junção ou alteração de redação. O resultado final do GT será apresentado no Encontro Nacional para deliberação do documento final. Neste momento, encerra-se a apresentação do monitoramento das deliberações e abre-se para debate. Liliâne de Oliveira Caetano faz uma provocação sobre a metodologia, enfatizando que os/as assistentes sociais devem vir mais preparados/as para a Assembleia; problematiza com relação à linguagem e terminologias nos documentos como, por exemplo, “nome social”, que precisa constar a luta histórica de mulheres trans, travestis e homens trans nesse debate. Recomenda à delegação que será eleita que os posicionamentos sejam cada vez mais nítidos e estejam em consonância com o Conjunto CFESS/CRESS nas defesas políticas da categoria e que contemplem a realização das deliberações. Luciana Melo, vice-presidente da ABPESS, diz que o debate dos eixos deve ser de apropriação de toda categoria e sugere que os livretos das deliberações e bandeiras fossem disponibilizados anteriormente para todos/as, para a apropriação do material. Ressalta o apoio recebido do CRESS/SP nas ações da ABPESS e recomenda que os/as delegados/as que forem para o Encontro se fortaleçam para criar o Fórum Regional contra a precarização da formação e do trabalho profissional, a exemplo do Fórum Nacional, lançado na última oficina nacional da ABPESS em 2017. Sobre o projeto ABPESS Itinerante, informa que foram realizadas 4 oficinas no estado de São Paulo e que 4 módulos terminam nesta data de hoje, sendo considerado um avanço para nossa região com participação do CRESS na realização desta atividade com esta dimensão. Letícia Fabreti Dias, assistente social, fala sobre a residência multiprofissional levando à reflexão de que além do eixo de formação, o tema também tem que estar articulado com a fiscalização, para o enfrentamento do cenário caótico vivenciado nesses espaços. Aila Fernanda dos Santos fala sobre o eixo de Ética e Direitos Humanos, chamando a atenção para a expressão “emancipação política” e sugere que a redação contemple, também, a expressão “com vistas à emancipação humana”. A conselheira Kelly registra que as sugestões de Liliâne constarão na ata como recomendação para que a delegação eleita faça o debate nos encontros descentralizado e nacional. A Conselheira Patrícia explana sobre a residência multiprofissionais no eixo da formação profissional, ressaltando que há articulação também com o eixo de fiscalização, inclusive com ações da COFI, SubCOFI’s, etc. Sugere que, caso necessário, façam denúncias por meio do e-mail do CRESS, especificamente, da fiscalização.

VI. Eleição de delegados/as para os Encontros Descentralizado Sudeste (em Vitória-ES) e Nacional do Conjunto CFESS/CRESS de 2018 (em Porto Alegre – RS): Patrícia e Guilherme Moraes da Costa se posicionam na mesa e explicam sobre o processo de eleição. Informam

que 168 pessoas estão presentes na Assembleia e 145 estão aptas com direito a voz, voto e candidatura. Utiliza o Regimento Interno como base para instruir o processo, comunicando que serão eleitos/as 11 delegados/as de base. Chama a plenária para compor a comissão para acompanhar a contagem de votos, tendo até 6 pessoas na sua formação. Espontaneamente, candidatam-se: Liliane Oliveira Caetano, Laressa Rocha, Tatiana de Oliveira Lima e Patrícia Maria da Silva, além das duas Diretoras Estaduais Cristina Santo Santana e Talita Aparecida de Oliveira Catosso, sendo essas seis pessoas aclamadas e aprovadas pela plenária. Em seguida, continuou o processo dando início à apresentação dos/as candidatos/as à delegação: Marlene Merisse/SP, Willielma Lins/ São José dos Campos, Priscila Lira/ São Paulo, Andresa Lopes/ABC, Aila Fernandes dos Santos/SP, Diogo Pereira/SP, Fernanda Tonus/SP, Luci Figueiredo/SJRP, José Alves/SP, Francilene Fernandes/SP, Marilene da Silva Pereira/SP, Mayara Genari/Campinas, Micaela Martino/Campinas, Claudio Bartolomeu Lopes/SP, Tiago Estevão Ramos/ABC, Felipe Gouveia/SP, Fernanda Mota/Santos, Welington Machado/SP, Lana Caroline/SP. A plenária votou em cédula de papel oferecida aos/às aptos/as no início da assembleia e a comissão de apuração dos votos recolheu todas as células e se retirou do recinto da assembleia para proceder à apuração dos votos. Enquanto isso, foram apresentadas outras pautas. **VII. Outras pautas que forem incluídas no início da Assembleia.** As duas pautas incluídas foram: 1) assédio moral no trabalho e 2) carteira profissional – Documento de Identificação Profissional do CRESS. Para o ponto 1 – Assédio moral, a profissional que se inscreveu explicou sobre sua preocupação a respeito dos/as profissionais, que no seu local de trabalho, Fundação Casa, estão sofrendo assédio moral em virtude de não darem conta da demanda profissional e ameaçou levar o nome deles/as para a Corregedoria. Solicita auxílio do CRESS, pois não sabe o que fazer. Também reforçou que o judiciário não congrega dos mesmos valores que o Serviço Social e deliberaram arbitrariamente sobre a atuação dos/as profissionais que trabalham neste setor. Outra profissional se manifesta que foi quase agredida pelo segurança na Fundação Casa, a situação é muito crítica, registrou Boletim de Ocorrência, mas não tem respaldo e que falta a união dos/as trabalhadores/as. Aparecida Mineiro também trabalha na Fundação Casa e parabeniza o CRESS pela iniciativa que começará a realizar um trabalho dentro da Fundação Casa. A reclamação é a mesma sobre a postura do judiciário, e ressalta que o assédio moral está ocorrendo em diversos outros espaços de trabalho nesta atual conjuntura. Marlene Merisse faz uma diferenciação entre o debate geral sobre as pautas do sistema socioeducativo e as situações particulares, que se configuram como denúncias, identificando que há espaços específicos para cada uma delas. “Temos que acolher as denúncias, orientar, ouvir e conseqüentemente, ter uma ação do CRESS apoiando e enfrentando estas situações, deve haver um debate regional sobre as pautas que são genéricas.” Patrícia relata que o CRESS identificou diversas situações como esta no Judiciário nas relações e precarizações do trabalho, já estão sendo feitas visitas preventivas para que nestes espaços os profissionais falem sobre suas vivências. O objetivo da fiscalização não é só para os profissionais e devem ser levadas adiante para conversar sobre relação institucional, trabalho de rede, etc. Tem uma perspectiva de conversa já agendada com o judiciário para discutir o problema. Patrícia fala que é muito difícil produzir um atendimento qualificado diante de ameaças, e explica como funciona quando chega denúncias ao CRESS, passam pelo setor de fiscalização, se virou processo ético tem a defesa garantida, portanto o assédio moral é crescente dentro das

instituições. Seguindo, sobre o segundo ponto, o assunto do DIP - Documento de Identificação Profissional, Ademir diz que quer sua carteira, que é um instrumento de identificação o quanto antes e se isso não se concretizar em breve irá abrir uma ação judicial para tê-la em mãos. Kelly explica que o DIP encontra-se suspenso para emissão por conta das dificuldades técnicas/administrativas, mas que o CFESS tem mandado vários ofícios de providências tomadas informando sobre o processo e que muito trabalho tem sido realizado para efetivar essa questão, não se tratando de inércia ou má-vontade. Afirma que os/as profissionais possuem sim a carteira de identidade e que está disponibilizado para qualquer profissional, porém o novo documento, que substitui a cédula de papel é que está com dificuldades de ser emitida. Considera registrada a insatisfação de Ademir quanto à sua carteira mas enfatiza que a trilha de judicializar a questão não é o posicionamento político que constrói e que o CRESS/SP repudia esse tipo de prática. Julio, diretor do CRESS/SP, pede a palavra e diz que não vão abrir mão do posicionamento do CRESS que é contra o sindicato para assistentes sociais, chama a atenção e pede à plenária uma saudação à Sra. Alzira, Assistente Social, negra, de 82 anos que está sempre presente nas assembleias (Sra. Alzira foi aplaudida e homenageada pela plenária). Júlio também traz devolutiva sobre o espaço Criança, na Assembleia, conquista importante do CRESS/SP e de todo o Conjunto CFESS/CRESS, relata que fez uma conversa com as crianças que por lá passaram e que o espaço foi avaliado de forma positiva pelas crianças que de um modo geral, por lá tiveram 10 crianças durante todo o dia e enfatizaram que gostaram dos brinquedos, das pinturas e das brincadeiras. Júlio termina sua fala com uma frase poética “Eu fico com a pureza da resposta das crianças, É a vida, é bonita e é bonita!”. **VIII- Leitura e aprovação de moções:** Patrícia Gleici inicia a leitura das três moções recebidas: Moção para apoio de todos/as aprovados no concurso do TJ-SP para Assistente Social e Psicólogo que foi aprovada por unanimidade e será enviada ao Conselho Nacional de Justiça e ao Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. A segunda moção: Moção pela rejeição integral do PLS 394/17 que será direcionada ao Senado Federal: senadores Randolfe Rodrigues e Paulo Paim que foi aprovada por contraste, e será levada para os Encontros Descentralizado e Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. A terceira é uma Moção de Repúdio ao Provimento CG nº 17/2018 publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 08/06/2018 que foi aprovada e será enviada ao Tribunal de Justiça. **IX- Informes:** Luciana da ABEPSS faz o convite da ABEPSS Itinerante que está ocorrendo em Presidente Prudente, Franca e convida para os outros espaços da ABEPSS, e fala também sobre a Campanha da ABEPSS “Sou supervisor de estágio”. O estudante Cleverson Oliveira (Ketinho) informa que está na defesa do Projeto Ético-Político da Profissão e contra o sindicato de assistentes sociais, faz convite para o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social que será em Uberaba nos dias 23 a 29/7 de 2018, saudou os estudantes da PUC-SP pela luta travada pela disciplina de gênero, raça e classe, e convida para o evento no dia seguinte cujo tema será: A importância étnico-racial na formação político profissional do Serviço Social. A assistente social Andresa do INSS relata sobre a violência ocorrida em Brasília e convida à leitura da Nota de repúdio do CRESS/SP disponível no site do CRESS. Retomando o ponto VI da assembleia, após a contagem dos votos, é apresentada a relação de Delegados/as eleitos/as para o Encontro Nacional CFESS/CRESS, ficando da seguinte forma: **BASE:** 1) Marlene Merisse (SP) - 92 votos, 2) Felipe Gouveia (Santos) - 86 votos, 3) Francilene Fernandes (SP) - 78 votos, 4) Welington Machado

(ABCDMRR) - 78 votos, 5) Mayara Genari (Campinas) - 76 votos, 6) Andresa Lopes (ABCDMRR) - 74 votos, 7) Lana Caroline Zizo- 71 votos, 8) Claudio Lopes - 63 votos, 9) Micaela Martinho (Campinas) - 62 votos, 10) Priscila Lira (SP) - 58 votos, 11) Lucy Figueiredo (SJRP) - 58 votos. Ficaram na Suplência: 1) Fernanda Mota (Vale do Ribeira) - 56 votos, 2) Thiago Ramos (SP) - 56 votos, 3) Aila Fernanda dos Santos (SP) - 55 votos. Cabe ressaltar que os dois primeiros suplentes tiveram a mesma quantidade de votos (cada um) e, por esse motivo, a metodologia utilizada foi que se conversassem de modo a garantirem quem seria o primeiro suplente e o segundo suplente. Entraram num consenso e foi apresentada a ordem de classificação acima descrita. Cabe ressaltar que os/as assistentes sociais listados não receberam votos suficientes para sua eleição: Williema – 49 votos, Fernanda Tonus – 44 votos, Diogo Pereira – 28 votos, José Alves – 19 votos, Marlene da Silva Pereira, 5 votos. **DIREÇÃO ESTADUAL:** Kelly Rodrigues Melatti, Patrícia Ferreira da Silva, Matsuel Martins da Silva, Keila Rafaela de Queiroz Silva, Ana Lea Martins Lobo, Julio César de Andrade e Guilherme Moraes da Costa. **DIREÇÃO DAS SECCIONAIS:** Cintia Neli da Silva Inácio (Santos), Cleide Maria Monari Semenzato (São José do Rio Preto), Alex Alves Dourado (Presidente Prudente) e Eliana Aparecida Albonete Frois (Marília). **CONVIDADOS:** ABEPSS; ENESSO, Larissa Furtado (Assessoria de Comunicação), Carlos Norberto Simonetto (Coordenador Geral de Administração). **CONVOCADOS:** Odair Dutra (Analista Contábil), Márcia do Carmo Batista (Agente Fiscal). **X. Encerramento:** A presidenta Kelly encerra agradecendo a presença de todos/as. Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a Assembleia da qual nós, Nívea Soares Izumi e Cleide Maria Monari Semenzato, lavramos a presente ata que segue assinada por nós e pela Presidente do CRESS/SP.

NIVEA SOARES IZUMI
DIRETORA ESTADUAL

CLEIDE MARIA MONARI SEMENZATO
DIRETORA DA SECCIONAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

KELLY RODRIGUES MELATTI
CONSELHEIRA PRESIDENTA

ANEXOS

**MOÇÃO - APOIO PARA NOMEAÇÕES DE TODOS/AS APROVADOS/AS
NO CONCURSO DO TJ-SP PARA ASSISTENTE SOCIAL E
PSICÓLOGOS/AS**

Nós, assistentes sociais e psicólogos/as participantes da Assembleia Geral Ordinária de 2018 do CRESS 9ª Região/SP, aprovados/as no concurso para os cargos de assistente social e psicólogo/a do Tribunal de Justiça de São Paulo, realizado em 2017, nos reunimos na condição de candidatos/as aprovados/as neste certame com vistas a articular ações estratégicas que visem a continuidade efetiva das nomeações. Assim como, a nomeação de um número quantitativo de aprovados/as que esteja de acordo com a real necessidade demandada pelo serviço, de maneira que a população seja atendida com qualidade e em prazo adequado e que os servidores do Serviço Social e da Psicologia do Tribunal atuem em condições dignas de trabalho.

Em um breve retrospecto, o edital foi publicado no dia 08 de março de 2017, contemplando 74 vagas para psicólogos/as e 132 para assistentes sociais. Nossa prova foi realizada em 11 de junho de 2017, o resultado final foi divulgado em fevereiro de 2018 e a homologação do resultado final ocorreu em março de 2018. A validade do nosso certame é de 1 ano, podendo ser prorrogado por mais 1 ano. No Diário Oficial de 14 de maio de 2018 foram publicadas as primeiras nomeações.

De acordo com as informações divulgadas pelo TJ-SP, o quadro funcional dos assistentes sociais contava com 271 cargos vagos em todo o estado, mais que o dobro de vagas previstas no certame de 2017. Apenas na capital, em março de 2018, existiam 47 cargos vagos (informações prestadas

pelo SIC do TJ-SP), sendo que já ocorreram aposentadorias na região após essa data, ou seja, esse número vem aumentando. De imediato, podemos afirmar que o número de candidatos/as classificados/as ao cargo de assistente social judiciário apresenta-se insuficiente para ocupação dos cargos vagos disponíveis do quadro de servidores. Consequentemente é fundamental a nomeação de um número expressivo de aprovados/as excedentes para o preenchimento dos cargos vagos e prioritariamente para o suprimento da demanda imposta à essa categoria na rotina de trabalho do TJ-SP.

Até o presente momento ocorreram apenas 31 nomeações de assistentes sociais do total previsto no edital, embora constatada urgência destes profissionais nas equipes técnicas. Situação crítica uma vez que segundo informações da AASPTJ-SP, que se reuniu com o Núcleo de Assistentes Sociais e Psicólogos do TJ-SP, foi apontado pelo Núcleo que não há previsão de novas nomeações, devido a questões orçamentárias.

Vale ressaltar que, após a homologação do resultado final e até mesmo após o início das nomeações, o TJ-SP continua determinando que Assistentes Sociais e Psicólogos/as prestem Serviços Cumulativos em duas e até três comarcas, durante prazos de 1 ano. Através de levantamentos realizados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, desde a publicação do edital (10 de março de 2017) até o dia 15 de maio de 2018, 84 assistentes sociais e 131 psicólogos/as foram designados/as a prestar serviços cumulativos. Com essa prática não há preferência e não é dada urgência às nomeações dos/as aprovados/as, o que precariza ainda mais as condições de trabalho destes/as servidores/as.

Sabemos da realidade dos/as trabalhadores/as assistentes sociais e psicólogos/as do TJ-SP que convivem em sua rotina com déficit de profissionais, serviço cumulativo, sobrecarga de trabalho e a impossibilidade de responderem às demandas impostas em tempo adequado. Isso se reflete

na precarização das condições de trabalho, mas para além disso, tal cenário resulta na precarização do serviço ofertado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Em suma, a disponibilidade das vagas e a urgência dessas nomeações, apontam para mais nomeações como melhoria das condições de trabalho destes/as servidores/as em seu cotidiano.

São Paulo, 9 de junho de 2018.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, assistentes sociais reunidas/os na I Assembleia Geral Ordinária de 2018 do CRESS SP 9º Região / SP no dia 09/06/2018 repudiamos o Provimento CG nº 17/2018 publicado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 08/06/2018 que alterou, sem anterior discussão com os/as servidores/as e seus órgãos representativos, os art. 802, 805, 806 e 808 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, incluindo o depoimento especial como responsabilidade dos/as assistentes sociais e psicólogos/as do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos da Lei 13.431/2017.

O depoimento especial é uma prática não reconhecida pela Lei de Regulamentação Profissional do Serviço Social (Lei Federal 8.662/1993) como competência nem atribuição privativa da profissão

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras

formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

O debate acumulado pelo Conjunto CFESS/CRESS frente à ação revitimizante desta prática foi plenamente desconsiderado, além da abertura de precedentes para utilização desta danosa metodologia também nas ações das Varas de Família e nas Varas da Infância e Juventude, com viés único de penalização dos supostos autores das agressões, sem implicações no compromisso da proteção integral das crianças e adolescentes.

São Paulo, 9 de junho de 2018.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os/as participantes da Assembleia Geral Ordinária do CRESS/SP, de junho de 2018, se manifestam pela rejeição integral do PL. 394/17 que, ao pretender instituir o 'estatuto da adoção', retira a adoção do ECA, rompe com seus princípios estatutários ditados pela doutrina da proteção integral, prioriza a adoção em detrimento do direito à convivência com a família natural, possibilita a intervenção de particulares em medida de responsabilidade da autoridade judiciária e cria política pública pró rompimento de vínculos. Apoiar a adoção como medida necessária e importante não significa retirar o valor da proteção à família de origem, inclusive para a filiação adotiva ter plena legitimidade.

São Paulo, 9 de junho de 2018.